



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011-2026

MUNICÍPIO DE COCOS-BA

UASG: 983461

OBJETO

Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção, destinados a suprir as necessidades contínuas de manutenção, conservação, recuperação e execução de pequenas obras nos bens públicos, bem como atender às demandas das Secretarias e unidades administrativas do Município de Cocos-BA, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 3.567.897,16 (três milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 26/05/2026 às 09h00m (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM GRUPO:

Não



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DOS RECURSOS	18
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90011-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 142-2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90011-2026

TIPO: MENOR PREÇO

O **MUNICÍPIO DE COCOS**, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço, nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 006/2024, do Decreto Municipal nº 007/2024, Decreto Municipal nº 021/2024, da Lei n.º 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, bem como da legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção, destinados a suprir as necessidades contínuas de manutenção, conservação, recuperação e execução de pequenas obras nos bens públicos, bem como atender às demandas das Secretarias e unidades administrativas do Município de Cocos–BA, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.
- 1.2. As empresas licitantes devem apresentar suas propostas observando exclusivamente **AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA**, considerando que estas **PREVALECERÃO** sempre sobre os dados disponíveis no Sistema do Governo Federal – Comprasgov. Portanto, as propostas devem ser elaboradas com base nos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, que servirão como parâmetros para a verificação da aceitabilidade das propostas.
- 1.3. O critério de julgamento será **por grupo**, conforme justificativa apresentada no Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciados e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



MUNICÍPIO DE COCOS

- 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 4.13.1. *O prazo para resposta do licitante quando da solicitação do Pregoeiro via chat será de até 20 (vinte) minutos, inclusive quando da solicitação para negociação, exceto os itens cujo prazo previsto é de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação.*
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. *Valor unitário e total do item;*
- 5.1.2. *A marca;*

4.1.3. *Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo previsto no item em que estiver participando.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao quantitativo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**, dado que o valor dos bens em licitação, mesmo individualmente considerado, é mais elevado.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela



MUNICÍPIO DE COCOS

equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



MUNICÍPIO DE COCOS

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em



MUNICÍPIO DE COCOS

seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



MUNICÍPIO DE COCOS

- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.12.1. *Os documentos exigidos para habilitação contemplados no Sicaf ou não deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro, antes de findo o prazo.*
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36](#) e no [§ 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.13. **A verificação no Sicaf ou a exigência do envio dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.**
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º\)](#):**
- 8.14.1. *complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e*
- 8.14.2. *atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;*
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
 - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.cocos.ba.gov.br.



MUNICÍPIO DE COCOS

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no site oficial do Município de Cocos-BA e/ou no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 5% (cinco) por cento do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do contrato licitado.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DO ABANDONO DA SESSÃO DE DAS SANÇÕES

- 13.1. Considera-se comportamento inidôneo e passível de sanção o abandono da sessão pública pelo licitante, caracterizado, entre outras hipóteses, pela ausência de manifestação após a apresentação de proposta ou lance, especialmente quando convocado pelo Pregoeiro para envio de documentos, negociação, apresentação de proposta realinhada ou quaisquer esclarecimentos necessários ao regular andamento do certame.
- 13.2. O licitante convocado que não se manifestar no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, via sistema eletrônico (chat), será considerado como desistente da proposta, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis.
- 13.3. A conduta descrita no item anterior poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexecução total da obrigação assumida, bem como a caracterização de comportamento inidôneo, nos termos do art. 156 do mesmo diploma legal.
- 13.4. Poderão ser aplicadas ao licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:
- I – advertência;
 - II – multa, nos termos previstos neste edital;
 - III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
 - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 13.5. A reincidência na conduta de abandono da sessão ou a sua ocorrência em momento crítico do certame poderá ser considerada agravante para fins de dosimetria da sanção.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacaopmcocos@hotmail.com.
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cocos.ba.gov.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

15.11.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

15.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

Cocos-BA, 12 de maio de 2026.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Clewton Domingues de Souza
Prefeito Municipal



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE CÔCOS

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção, destinados a suprir as necessidades contínuas de manutenção, conservação, recuperação e execução de pequenas obras nos bens públicos, bem como atender às demandas das Secretarias e unidades administrativas do Município de Cocos–BA, por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação abrange o fornecimento de insumos essenciais da construção civil, incluindo, mas não se limitando a: agregados (areia, brita e correlatos), materiais cerâmicos (blocos, tijolos, telhas e similares), insumos cimentícios (cimento, argamassas, rejantes e derivados), materiais metálicos (aços, arames, vergalhões, telas e chapas), madeira e seus derivados, artefatos de concreto (manilhas, blocos, meios-fios, entre outros), além de revestimentos cerâmicos e porcelanatos, destinados à execução de serviços em prédios públicos, vias urbanas e rurais e demais estruturas sob responsabilidade da Administração Pública.

GRUPO 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
1	Areia natural lavada, de origem quartzosa, com granulometria fina (módulo de finura entre 1,2 e 2,2), isenta de impurezas orgânicas, materiais pulverulentos, argila e sais, adequada para preparo de argamassas e concretos não estruturais, atendendo às especificações da ABNT NBR 7211 – Agregados para concreto	M3	1.800	R\$ 188,80	R\$ 339.840,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

2	Bloco cerâmico de vedação, com 12 furos, dimensões aproximadas de 14 x 19 x 24 cm (largura x altura x comprimento), fabricado em argila, com furos uniformemente distribuídos, destinado à execução de alvenaria de vedação, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 15270 (Blocos cerâmicos para alvenaria)	UND	13.300	R\$ 2,89	R\$ 38.437,00
3	Bloco cerâmico de vedação, com 8 furos, dimensões nominais aproximadas de 9 x 19 x 19 cm (largura x altura x comprimento), fabricado em argila, destinado à execução de alvenaria de vedação, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 15270 (Blocos cerâmicos para alvenaria)	UND	49.900	R\$ 1,70	R\$ 84.830,00
4	Tijolo cerâmico maciço, fabricado em argila, dimensões nominais mínimas de 5 x 10 x 20 cm (largura x altura x comprimento), acabamento rústico, destinado à execução de alvenaria, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 15270 (Blocos cerâmicos para alvenaria)	UND	3.500	R\$ 2,34	R\$ 8.190,00
5	Brita nº 0 (pedra britada), com granulometria nominal entre aproximadamente 4,8 mm e 9,5 mm, isenta de materiais pulverulentos, argila e impurezas orgânicas, adequada para uso em concretos, argamassas e regularizações, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7211 – Agregados para concreto	M3	1.500	R\$ 237,50	R\$ 356.250,00
6	Brita nº 1 (pedra britada), com granulometria nominal entre aproximadamente 9,5 mm e 19 mm, isenta de materiais pulverulentos, argila e impurezas orgânicas, adequada para uso em concretos e demais aplicações na construção civil, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7211 – Agregados para concreto	M3	1.300	R\$ 218,94	R\$ 284.622,00
TOTAL					R\$ 1.112.169,00
GRUPO 2					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
7	Telha ondulada de fibrocimento, dimensões nominais aproximadas de 2,44 m de comprimento x 0,50 m de largura, espessura mínima de 4 mm, destinada à cobertura, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7581	UND	93	R\$ 37,99	R\$ 3.533,07
8	Telha ondulada de fibrocimento, dimensões nominais aproximadas de 2,44 m de comprimento x 1,10 m de largura, espessura mínima de 5 mm, destinada à cobertura, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7581	UND	1.710	R\$ 97,00	R\$ 165.870,00
9	Telha ondulada de fibrocimento, dimensões nominais aproximadas de 3,66 m de comprimento x 1,10 m de largura, espessura mínima de 6 mm, destinada à cobertura, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7581	UND	2.000	R\$ 142,50	R\$ 285.000,00
10	Telha cerâmica plana, dimensões nominais aproximadas de 44 cm de comprimento x 15 cm de largura, destinada à cobertura, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 15310	UND	30.000	R\$ 2,60	R\$ 78.000,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

TOTAL					R\$ 532.403,07
GRUPO 3					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
11	Arame galvanizado, bitola BWG 12 (diâmetro nominal aproximado de 2,76 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações e usos gerais na construção civil	KG	99	R\$ 29,39	R\$ 2.909,61
12	Arame galvanizado, bitola BWG 14 (diâmetro nominal aproximado de 2,10 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações e usos gerais na construção civil	KG	99	R\$ 30,25	R\$ 2.994,75
13	Arame galvanizado, bitola BWG 16 (diâmetro nominal aproximado de 1,65 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações e usos gerais na construção civil	KG	99	R\$ 33,07	R\$ 3.273,93
14	Arame galvanizado, bitola BWG 18 (diâmetro nominal aproximado de 1,24 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações e usos gerais na construção civil	KG	127	R\$ 34,97	R\$ 4.441,19
15	Arame galvanizado, bitola BWG 20 (diâmetro nominal aproximado de 0,89 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações leves e usos gerais na construção civil	KG	99	R\$ 38,85	R\$ 3.846,15
16	Arame recozido torcido, fabricado em aço de baixo teor de carbono, submetido a processo de recozimento para maior maleabilidade, fornecido em rolo, destinado a amarrações em armaduras de concreto e usos gerais na construção civil	KG	170	R\$ 24,86	R\$ 4.226,20
17	Arame ovalado liso para cerca, fabricado em aço de alto teor de carbono, com revestimento galvanizado para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com comprimento nominal de 1.000 metros, destinado à construção de cercas, devendo apresentar resistência mecânica compatível com a aplicação	UND	114	R\$ 1.055,74	R\$ 120.354,36
18	Arame farpado para cerca, fabricado em aço de alto teor de carbono, com revestimento galvanizado para proteção contra corrosão, com diâmetro nominal do fio de 1,60 mm, resistência mínima à tração de 350 kgf, fornecido em rolo com comprimento nominal de 500 metros	UND	306	R\$ 530,38	R\$ 162.296,28
19	Treliça metálica eletrossoldada para laje (tipo TR), com altura nominal de 8 cm, composta por banzo superior em aço com diâmetro de 6,0 mm, banzo inferior em aço com diâmetro de 4,2 mm e diagonais em aço com diâmetro de 4,2 mm, destinada à execução de lajes treliçadas, devendo atender às normas técnicas aplicáveis	Metros	2.033	R\$ 74,90	R\$ 152.271,70



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

20	Malha de aço eletrossoldada tipo POP, com espaçamento de 15 x 15 cm entre fios, confeccionada com fios de aço CA-60, diâmetro nominal de 4,2 mm (malha média), fornecida em painéis de 2,00 m x 3,00 m, destinada à armadura de lajes, pisos e concretos, conforme ABNT NBR 7481 – unidade: painel (2,00 m x 3,00 m)	UND	150	R\$ 94,91	R\$ 14.236,50
21	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 4,2 mm, tipo CA-60, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada a armaduras de concreto, devendo atender à ABNT NBR 7480	Barras	250	R\$ 19,37	R\$ 4.842,50
22	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 5,0 mm, tipo CA-60, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	200	R\$ 31,19	R\$ 6.238,00
23	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 1/4" (aproximadamente 6,3 mm), tipo CA-50, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	250	R\$ 25,63	R\$ 6.407,50
24	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 5/16" (aproximadamente 8,0 mm), tipo CA-50, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	220	R\$ 51,90	R\$ 11.418,00
25	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 3/8" (aproximadamente 10,0 mm), tipo CA-50, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	250	R\$ 69,00	R\$ 17.250,00
26	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 1/2" (aproximadamente 12,5 mm), tipo CA-50, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	250	R\$ 105,90	R\$ 26.475,00
27	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 40 cm, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e acabamentos, devendo possuir revestimento zincado para proteção contra corrosão	Metros	248	R\$ 39,13	R\$ 9.704,24
28	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 50 cm, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e acabamentos, com revestimento zincado para proteção contra corrosão	Metros	248	R\$ 36,77	R\$ 9.118,96



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

29	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 60 cm, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e acabamentos, com revestimento zincado para proteção contra corrosão	Metros	292	R\$ 40,59	R\$ 11.852,28
30	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 80 cm, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e acabamentos, com revestimento zincado para proteção contra corrosão	Metros	292	R\$ 53,84	R\$ 15.721,28
31	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 1,00 m, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e acabamentos, com revestimento zincado para proteção contra corrosão	Metros	299	R\$ 64,21	R\$ 19.198,79
32	Tubo metálico quadrado (metalon) galvanizado, seção 20 mm x 20 mm, espessura mínima de parede de 0,90 mm (chapa 20), fornecido em barras com comprimento de 6,00 m, destinado a estruturas metálicas leves, devendo possuir revestimento galvanizado para proteção contra corrosão	UND	311	R\$ 67,75	R\$ 21.070,25
TOTAL					R\$ 630.147,47
GRUPO 4					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
33	Cimento Portland composto CP II-Z-32, com resistência característica mínima de 32 MPa, acondicionado em saco de 50 kg, destinado ao preparo de argamassas e concretos, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 16697 – Cimento Portland	UND	3.720	R\$ 56,85	R\$ 211.482,00
34	Argamassa colante industrializada tipo AC-I, acondicionada em embalagem de 20 kg, indicada para assentamento de revestimentos cerâmicos em áreas internas, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14081 – Argamassa colante industrializada para assentamento de placas cerâmicas	Pacotes	339	R\$ 25,20	R\$ 8.542,80
35	Argamassa colante industrializada tipo AC-II, acondicionada em embalagem de 20 kg, indicada para assentamento de revestimentos cerâmicos em áreas internas e externas, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14081 – Argamassa colante industrializada para assentamento de placas cerâmicas	Pacotes	192	R\$ 44,00	R\$ 8.448,00
36	Argamassa colante industrializada tipo AC-III, acondicionada em embalagem de 20 kg, indicada para assentamento de revestimentos cerâmicos e porcelanatos em áreas internas e externas, inclusive fachadas, piscinas e locais sujeitos a alta umidade e variações térmicas, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14081	Pacotes	400	R\$ 62,92	R\$ 25.168,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

37	Rejunte cimentício para revestimentos cerâmicos, indicado para preenchimento de juntas em pisos e paredes, uso interno e externo, com boa trabalhabilidade e resistência mecânica, adequado para juntas de espessura média (aproximadamente 2 a 10 mm), acondicionado em embalagem de 1 kg, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14992	UND	500	R\$ 10,98	R\$ 5.490,00
38	Rejunte cimentício modificado com polímeros (ou rejunte resinado), indicado para assentamento de revestimentos do tipo porcelanato em pisos e paredes, uso interno e externo, com alta flexibilidade, baixa absorção de água e acabamento fino, adequado para juntas estreitas (aproximadamente 1 a 3 mm), acondicionado em embalagem de 1 kg, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14992	UND	500	R\$ 17,00	R\$ 8.500,00
TOTAL					R\$ 267.630,80
GRUPO 5					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
39	Placa cerâmica para revestimento de piso, dimensões nominais de 56 cm x 56 cm, classe A, índice de resistência à abrasão PEI 4, acabamento retificado, disponível em cores variadas, indicada para ambientes internos de médio a alto tráfego, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 13818	M²	500	R\$ 44,00	R\$ 22.000,00
40	Placa cerâmica para revestimento de piso, dimensões nominais de 57 cm x 57 cm, acabamento esmaltado, superfície lisa, índice de resistência à abrasão PEI 4, indicada para ambientes internos com alto tráfego de pessoas, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 13818	M²	900	R\$ 51,89	R\$ 46.701,00
41	Placa de porcelanato para revestimento de piso e parede, dimensões nominais de 60 cm x 60 cm, acabamento polido, baixa absorção de água ($\leq 0,5\%$), indicada para ambientes internos, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 13818	M²	500	R\$ 124,31	R\$ 62.155,00
42	Placa cerâmica para revestimento de piso ou parede, dimensões nominais de 32 cm x 57 cm, acabamento esmaltado, disponível em cores variadas, indicada para ambientes internos, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 13818	M²	300	R\$ 52,50	R\$ 15.750,00
TOTAL					R\$ 146.606,00
GRUPO 6					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
43	Caibro de madeira serrada, dimensões nominais de 6 cm x 4 cm (seção transversal), destinado à execução de estruturas de cobertura, como apoio de telhados, devendo estar seco, isento de rachaduras, empenamentos ou ataques de pragas	Metros	1.459	R\$ 14,75	R\$ 21.520,25



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

44	Chapa de madeira compensada tipo madeirite, em pinus, dimensões nominais de 2,20 m x 1,10 m, espessura de 9 mm, destinada a formas para concreto e usos gerais na construção civil, devendo apresentar superfície uniforme, sem delaminações ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	962	R\$ 76,00	R\$ 73.112,00
45	Chapa de madeira compensada tipo madeirite plastificado, em pinus, dimensões nominais de 2,20 m x 1,10 m, espessura de 12 mm, com revestimento fenólico (filme plastificado) em ambas as faces, indicada para formas de concreto com múltiplas reutilizações, devendo apresentar superfície lisa, resistente à umidade, sem delaminações ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	248	R\$ 160,00	R\$ 39.680,00
46	Ripa de madeira serrada, dimensões nominais de 1,5 cm x 6 cm (espessura x largura), destinada à execução de estruturas de cobertura, como suporte para telhas, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou ataques de pragas	Metros	2.266	R\$ 9,30	R\$ 21.073,80
47	Tábua de madeira serrada em pinus, dimensões nominais de 2,5 cm x 20 cm (espessura x largura) e comprimento de 3,00 m, destinada a usos gerais na construção civil, como formas, escoramentos e estruturas provisórias, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	497	R\$ 38,40	R\$ 19.084,80
48	Tábua de madeira serrada em pinus, dimensões nominais de 2,5 cm x 25 cm (espessura x largura) e comprimento de 3,00 m, destinada a usos gerais na construção civil, como formas, escoramentos e estruturas provisórias, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	746	R\$ 48,31	R\$ 36.039,26
49	Tábua de madeira serrada em pinus, dimensões nominais de 2,5 cm x 30 cm (espessura x largura) e comprimento de 3,00 m, destinada a usos gerais na construção civil, como formas, escoramentos e estruturas provisórias, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	746	R\$ 53,16	R\$ 39.657,36
50	Vigota de madeira serrada, dimensões nominais de 6 cm x 12 cm (seção transversal), destinada à execução de estruturas de cobertura e apoio estrutural leve, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	Metros	796	R\$ 33,10	R\$ 26.347,60
51	Vigota de madeira serrada, dimensões nominais de 7 cm x 14 cm (seção transversal), destinada à execução de estruturas de cobertura e elementos estruturais de maior porte, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	Metros	896	R\$ 34,63	R\$ 31.028,48
TOTAL					R\$ 307.543,55
GRUPO 7					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

52	Poste de eucalipto tratado em autoclave, seção 8 x 8 cm, comprimento 2,20 m, com retenção de preservativo adequada para uso externo, destinado a cercamentos, devendo estar isento de defeitos que comprometam sua resistência	UND	166	R\$ 34,44	R\$ 5.717,04
53	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 10 cm x 12 cm, comprimento de 2,20 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a cercamentos e estruturas de médio porte, devendo apresentar boa resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	264	R\$ 40,90	R\$ 10.797,60
54	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 12 cm x 14 cm, comprimento de 2,50 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a cercamentos e estruturas de maior porte, devendo apresentar elevada resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	172	R\$ 65,00	R\$ 11.180,00
55	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 12 cm x 14 cm, comprimento de 5,00 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a cercamentos, estruturas rurais e apoio estrutural de maior porte, devendo apresentar elevada resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	200	R\$ 172,25	R\$ 34.450,00
56	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 12 cm x 14 cm, comprimento de 8,00 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a cercamentos, estruturas rurais e elementos estruturais de maior porte, devendo apresentar elevada resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	300	R\$ 277,50	R\$ 83.250,00
57	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 16 cm x 18 cm, comprimento de 3,00 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a estruturas e cercamentos de grande porte, devendo apresentar elevada resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	219	R\$ 238,50	R\$ 52.231,50
TOTAL					R\$ 197.626,14
GRUPO 8					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
58	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 400 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	45	R\$ 182,08	R\$ 8.193,60
59	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 600 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	29	R\$ 302,68	R\$ 8.777,72



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

60	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 800 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	35	R\$ 420,06	R\$ 14.702,10
61	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 1000 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	200	R\$ 516,14	R\$ 103.228,00
62	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 1200 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	321	R\$ 545,00	R\$ 174.945,00
63	Peça de concreto para pavimentação intertravada, dimensões 10 x 20 x 8 cm, com resistência característica à compressão mínima de 35 MPa, conforme ABNT NBR 9781, indicada para pavimentação de vias e áreas de tráfego leve a moderado	UND	2.559	R\$ 4,44	R\$ 11.361,96
64	Peça de concreto para pavimentação intertravada, dimensões 10 x 20 x 10 cm, com resistência característica à compressão mínima de 35 MPa, conforme ABNT NBR 9781, indicada para pavimentação de vias com tráfego pesado	UND	1.171	R\$ 4,50	R\$ 5.269,50
65	Bloco de concreto para alvenaria, dimensões nominais de 09 cm x 19 cm x 39 cm (espessura x altura x comprimento), destinado à execução de alvenaria de vedação, devendo apresentar resistência à compressão compatível com sua aplicação, acabamento regular, faces planas e arestas íntegras, conforme normas técnicas aplicáveis	UND	2.434	R\$ 5,50	R\$ 13.387,00
66	Bloco de concreto para alvenaria de vedação, com fundo, dimensões 9 x 19 x 39 cm, com resistência à compressão mínima conforme ABNT NBR 6136, indicado para alvenarias aparentes ou locais que exijam melhor acabamento	UND	4.375	R\$ 6,43	R\$ 28.131,25
67	Bloco de concreto tipo canaleta (bloco U), dimensões nominais de 14 cm x 19 cm x 39 cm (espessura x altura x comprimento), destinado à execução de vergas, contravergas, cintas de amarração e elementos estruturais em alvenaria, permitindo a passagem de armaduras e posterior preenchimento com concreto, devendo apresentar resistência à compressão compatível com sua aplicação, geometria uniforme e atender às normas técnicas aplicáveis	UND	1.100	R\$ 5,25	R\$ 5.775,00
TOTAL					R\$ 373.771,13
Valor Global					R\$ 3.567.897,16

1.3. As licitantes deverão elaborar suas propostas em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, as quais prevalecerão, para todos os fins, sobre eventuais divergências existentes no Sistema do Governo Federal – ComprasGov.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

1.4. Dessa forma, as propostas deverão observar, no mínimo, os requisitos técnicos aqui estabelecidos, sob pena de desclassificação por não atendimento às exigências do instrumento convocatório.

1.5. Os bens, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da legislação vigente.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 108/2024, de 10 de dezembro de 2024.

1.8. O prazo de vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que presentes os requisitos legais.

1.9. As condições específicas relativas à vigência, prorrogação e execução contratual encontram-se detalhadas no instrumento contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de materiais de construção necessários à execução das atividades de manutenção, conservação, recuperação e pequenas intervenções nos bens públicos do Município de Cocos–BA, sob responsabilidade, principalmente, da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

2.2. A necessidade decorre da demanda permanente e variável por insumos da construção civil, indispensáveis à realização de serviços de manutenção predial, reformas, adequações estruturais, execução de pequenos serviços de engenharia, bem como intervenções em vias urbanas e rurais, sistemas de drenagem e demais estruturas públicas. A ausência desses materiais compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos, podendo ocasionar prejuízos à eficiência administrativa e ao atendimento do interesse coletivo.

2.3. A definição da demanda foi fundamentada em levantamento técnico realizado pela unidade competente, com base no histórico de consumo de exercícios anteriores, nas demandas recorrentes de manutenção corretiva e preventiva, bem como nas projeções de necessidades futuras, considerando, ainda, a natureza imprevisível de determinadas intervenções, especialmente aquelas decorrentes de situações emergenciais.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

2.4. Ressalta-se que os materiais a serem adquiridos constituem insumos padronizados, com especificações técnicas objetivamente definidas e amplamente disponíveis no mercado, atendendo a normas técnicas aplicáveis, o que permite sua aquisição de forma eficiente por meio de procedimento licitatório, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

2.5. Ademais, a inexistência de meios próprios suficientes para suprir a demanda, aliada à necessidade de garantir agilidade no atendimento das solicitações das diversas secretarias municipais, torna imprescindível a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento dos referidos materiais.

2.6. A solução adotada — registro de preços com fornecimento parcelado — mostra-se a mais adequada, pois possibilita maior flexibilidade na gestão da contratação, permitindo aquisições conforme a demanda real, evitando a formação de estoques excessivos ou insuficientes, além de promover economicidade, eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos.

2.7. Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se devidamente fundamentada no planejamento administrativo, estando alinhada às necessidades institucionais do Município e às diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar.

DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme analisado pela equipe de Planejamento, o processo será utilizado o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços - SRP, com fundamentos do CAPÍTULO XVIII do Decreto Municipal de nº 021/2024 e CAPÍTULO XLV, da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente no Art. 82.

3.2. A adoção do sistema de registro de preço justifica-se pela forma de contratação de empresa para aquisição de bens, que terá previsão de execução parceladas de acordo com as necessidades apresentadas em cada secretaria, ou seja, os bens serão solicitados de forma paulatina e mediante a necessidade, dessa forma a adoção do Sistema de Registro de preço apresenta a opção que atende aos interesses públicos além de não comprometer o orçamento de forma antecipada já que o que há é uma projeção estimada da necessidade. Com a adoção do Sistema de Registro de Preços, a administração deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, resguardando os recursos orçamentários e financeiros. A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ainda ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, reduzindo a quantidade de licitações, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano, em Ata, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado,



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

sem entraves burocráticos.

3.3. A opção de utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se ainda pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de fornecimento parceladas, solicitadas de acordo com a demanda do contratante, estando em concordância com o disposto no Art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. Conforme disposto no item 7 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o julgamento da licitação será realizado por **itens agrupados em lotes de natureza similar (itens afins)**.

4.2. A adoção do critério de julgamento por grupos de itens justifica-se em razão da natureza diversificada dos materiais de construção, os quais apresentam diferentes características técnicas, aplicações e dinâmicas de mercado, exigindo solução que concilie competitividade e eficiência administrativa.

4.3. O parcelamento do objeto em grupos de itens afins:

- a) Viabiliza a participação de fornecedores especializados em determinados segmentos da construção civil;
- b) Amplia a competitividade do certame, evitando restrições indevidas à participação;
- c) Preserva ganhos de escala dentro de cada grupo, contribuindo para a obtenção de preços mais vantajosos;
- d) Respeita as particularidades técnicas e comerciais de cada conjunto de materiais;
- e) Proporciona maior eficiência na gestão contratual, no controle do fornecimento e na logística de entrega;
- f) Favorece a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a legislação vigente.

4.4. Ressalta-se que a adoção do parcelamento em grupos representa solução intermediária adequada, evitando tanto a concentração excessiva do objeto em lote único — que poderia restringir a competitividade — quanto a fragmentação total por item, que poderia comprometer a economicidade e a eficiência administrativa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

4.5. O critério adotado encontra-se alinhado aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e isonomia, bem como às diretrizes de parcelamento do objeto previstas nos arts. 47 e 48 da Lei nº 14.133/2021.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Requisitos gerais

6.1.1. A contratação deverá observar requisitos de natureza técnica, operacional, legal e de sustentabilidade, visando garantir o fornecimento adequado dos materiais de construção, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. Requisitos técnicos dos materiais

6.2.1. Os materiais a serem fornecidos deverão:

- a) Ser novos, de primeiro uso e isentos de defeitos;
- b) Atender rigorosamente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- c) Estar em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis;
- d) Apresentar qualidade, resistência e durabilidade compatíveis com sua finalidade.

6.3. Padronização e conformidade

6.3.1. Os materiais deverão possuir padronização mínima, sendo vedado o fornecimento de produtos que apresentem variações que comprometam a execução dos serviços.

6.3.2. Quando aplicável, deverão possuir certificações, selos de qualidade ou comprovação de conformidade com normas técnicas vigentes.

6.4. Requisitos de fornecimento

- a) O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração;
- b) A entrega deverá ocorrer mediante requisição formal;
- c) A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e integridade dos materiais até o recebimento definitivo;
- d) Os materiais deverão ser entregues em local previamente indicado pela Administração.

6.5. Prazo de entrega



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

6.5.1. Os prazos de entrega deverão ser compatíveis com a necessidade da Administração, conforme definido neste Termo de Referência, não podendo comprometer a continuidade dos serviços de manutenção e obras.

6.6. Armazenamento e validade

6.6.1. Quando aplicável, os materiais deverão:

- a) Observar prazos de validade;
- b) Ser acondicionados e transportados em condições adequadas;
- c) Ser substituídos pela contratada, sem ônus, em caso de deterioração, vencimento ou desconformidade.

6.7. Requisitos da contratada

6.7.1. A contratada deverá:

- a) Comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista;
- b) Demonstrar capacidade para fornecimento dos materiais;
- c) Cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.8. Sustentabilidade

6.8.1. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais que:

- a) Possuam menor impacto ambiental;
- b) Atendam a normas ambientais vigentes;
- c) Apresentem eficiência no uso de recursos naturais.

6.9. Garantia dos materiais

6.9.1. Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, devendo a contratada substituir, no prazo estabelecido, aqueles que apresentarem inconformidades, sem custos adicionais para a Administração.

6.10. Fiscalização

6.10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Administração, que poderá recusar materiais em desacordo com as especificações, aplicando as sanções cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.11. Subcontratação



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

6.11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.12. Garantia da contratação

6.12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os materiais de construção deverão ser fornecidos conforme as condições a seguir:

7.1.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, no prazo de até 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa formal aceita pela Administração;

7.1.2. Os materiais deverão ser entregues no âmbito do Município de Cocos–BA, em local previamente indicado na Ordem de Fornecimento, podendo abranger prédios públicos, obras em execução, vias urbanas ou rurais e demais estruturas sob responsabilidade da Administração, de segunda a sexta-feira, em horário comercial;

7.1.3. A Ordem de Fornecimento será emitida pelo Setor de Compras ou setor competente do Município;

7.1.4. Os materiais deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo sua conformidade verificada no ato do recebimento provisório e definitivo;

7.1.5. A contratada obriga-se a fornecer os materiais conforme as especificações e quantitativos constantes na Ordem de Fornecimento, não sendo admitidas substituições sem prévia autorização da Administração;

7.1.6. Os materiais deverão estar disponíveis para fornecimento a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços;

7.1.7. É indispensável que os materiais atendam às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da ABNT, e apresentem padrão de qualidade compatível com o mercado;

7.1.8. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem avarias, defeitos ou danos, devidamente acondicionados e transportados de forma adequada, garantindo sua integridade até o local de entrega;

7.1.9. Quando aplicável (tais como cimento, argamassas, rejuntas, produtos industrializados e similares), os materiais deverão conter identificação de lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente;

7.1.10. A entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal e da correspondente Ordem de Fornecimento, contendo a discriminação detalhada dos itens fornecidos.

7.2. Prazo da Garantia



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

7.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos materiais fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente quanto à conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas exigidas;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis;

8.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Cocos–BA para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual;

8.1.8. Emitir decisão fundamentada sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual;

8.1.9. Decidir, no prazo de até 30 (trinta) dias, os requerimentos apresentados pela Contratada, admitida prorrogação motivada por igual período;

8.1.10. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.11. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes da execução do contrato.

8.2. São obrigações da Contratada:

8.2.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do contrato e deste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.2.2. Fornecer os materiais de construção conforme as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos na Ordem de Fornecimento;
- 8.2.3. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos ao cumprimento do prazo de entrega, devidamente justificados;
- 8.2.4. Atender prontamente às determinações do fiscal ou gestor do contrato;
- 8.2.5. Substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, os materiais que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou desconformidade com as especificações;
- 8.2.6. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais nos locais indicados, garantindo sua integridade até o recebimento definitivo;
- 8.2.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos materiais;
- 8.2.8. Quando não for possível a verificação no SICAF, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos;
- 8.2.9. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;
- 8.2.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que impacte a execução do fornecimento;
- 8.2.12. Observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, garantindo a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos;
- 8.2.13. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao transporte e manuseio dos materiais, especialmente em relação a cargas pesadas ou potencialmente perigosas;
- 8.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro;
- 8.2.15. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.2.16. Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da execução contratual.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega dos materiais será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por apostilamento.

9.3. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico, especialmente para envio de Ordens de Fornecimento, notificações e solicitações.

9.4. A Administração poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências imediatas relacionadas ao fornecimento dos materiais.

9.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com a Contratada para alinhamento das condições de fornecimento, logística de entrega, locais de descarregamento, prazos, procedimentos de fiscalização e demais obrigações contratuais.

Fiscalização

9.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

9.7. O fiscal técnico acompanhará o fornecimento dos materiais, verificando o cumprimento das especificações técnicas, quantidades, prazos e condições de entrega estabelecidas.

9.8. Caberá ao fiscal técnico, no ato da entrega:

- a) Conferir quantitativamente os materiais entregues;
- b) Verificar a conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- c) Avaliar as condições físicas dos materiais (avarias, umidade, integridade, validade, quando aplicável);
- d) Registrar eventuais inconformidades.

9.9. O fiscal técnico anotará todas as ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, indicando as providências necessárias à correção de falhas.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

9.10. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico notificará a Contratada para substituição ou correção dos materiais, fixando prazo para atendimento.

9.11. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato situações que extrapolem sua competência ou que possam comprometer a execução contratual.

Fiscalização Administrativa

9.12. O fiscal administrativo acompanhará os aspectos formais do contrato, incluindo:

- a) Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada;
- b) Controle de empenhos, liquidações e pagamentos;
- c) Acompanhamento de eventuais penalidades, glosas e ajustes contratuais.

9.13. Em caso de irregularidade administrativa, o fiscal deverá adotar as providências necessárias ou comunicar ao gestor do contrato.

Gestão do Contrato

9.14. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, consolidando as informações prestadas pelos fiscais e garantindo o cumprimento das condições estabelecidas.

9.15. Compete ao gestor:

- a) Acompanhar a execução do contrato com base nos registros da fiscalização;
- b) Avaliar o desempenho da Contratada quanto ao cumprimento das obrigações;
- c) Autorizar, quando cabível, ajustes, prorrogações e demais alterações contratuais;
- d) Controlar a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

9.16. O gestor do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada como requisito para pagamento.

9.17. O gestor emitirá atesto quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, com base nas informações da fiscalização, especialmente quanto à conformidade dos materiais fornecidos.

9.18. Em caso de descumprimento contratual, o gestor adotará as providências necessárias à aplicação de sanções, mediante instauração de processo administrativo próprio.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

9.19. Ao final da execução contratual, o gestor elaborará relatório conclusivo, avaliando a adequação da contratação, a qualidade dos materiais fornecidos e eventuais melhorias para contratações futuras.

9.20. O gestor encaminhará a documentação necessária ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, conforme os materiais efetivamente recebidos e atestados.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

10.1. Os materiais de construção serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento equivalente, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

10.2. No recebimento provisório, será realizada conferência preliminar quanto à quantidade, integridade física e condições de transporte dos materiais.

10.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive no ato do recebimento provisório, quando:

- a) Estiverem em desacordo com as especificações técnicas;
- b) Apresentarem avarias, umidade, contaminação ou qualquer dano que comprometa sua utilização;
- c) Forem entregues em quantitativo divergente do solicitado;
- d) Estiverem fora do prazo de validade, quando aplicável.

10.4. Na hipótese de rejeição, a Contratada deverá realizar a substituição dos materiais no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação detalhada da qualidade, especificações e quantitativos dos materiais, mediante atesto do fiscal do contrato.

10.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de análise técnica mais detalhada ou realização de diligências.

10.7. No caso de controvérsia quanto à quantidade, qualidade ou especificações dos materiais fornecidos, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitido o pagamento da parcela incontroversa.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

10.8. O prazo para correção de inconsistências ou substituição de materiais não será computado para fins de recebimento definitivo.

10.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada quanto à qualidade, durabilidade e adequação dos materiais fornecidos.

Liquidação

10.10. Recebida a Nota Fiscal, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período mediante justificativa.

10.11. Para fins de liquidação, será verificado se a Nota Fiscal contém:

- a) Identificação da Contratada;
- b) Dados do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- c) Descrição detalhada dos materiais fornecidos;
- d) Quantitativos, valores unitários e totais;
- e) Indicação de eventuais retenções tributárias.

10.12. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação, o prazo será suspenso até a regularização pela Contratada, sem ônus para a Administração.

10.13. A regularidade fiscal e trabalhista da Contratada será verificada por meio do SICAF ou documentação equivalente, conforme legislação vigente.

10.14. Constatada irregularidade, a Contratada será notificada para regularização no prazo legal, sem prejuízo da continuidade do fornecimento, quando for o caso.

Prazo de pagamento

10.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa.

10.16. Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base no IPCA, desde a data final do prazo até o efetivo pagamento.

Forma de pagamento

10.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela Contratada.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

10.18. Será considerada como data do pagamento a emissão da ordem bancária.

10.19. Serão realizadas as retenções tributárias conforme a legislação vigente.

10.20. No caso de optante pelo Simples Nacional, o pagamento ficará condicionado à comprovação dessa condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Cessão de crédito

10.21. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios, nos termos da legislação vigente.

10.22. A eficácia da cessão perante a Administração dependerá de formalização por meio de termo aditivo ao contrato.

10.23. A cessão não exime a Contratada do cumprimento integral das obrigações contratuais, permanecendo responsável pela execução do objeto.

10.24. Os pagamentos à cessionária observarão as mesmas condições estabelecidas no contrato, inclusive quanto a eventuais glosas, sanções e retenções.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. Forma de fornecimento

11.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado.

11.3. Exigências de habilitação

11.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.4. Habilitação jurídica

11.4.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

11.4.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

11.4.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.4.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da legislação vigente.

11.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

11.6. Qualificação Econômico-Financeira

11.6.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)); dentro do prazo de validade constante no documento ou, na ausência deste, emitida há no máximo 90 (noventa) dias.

11.6.3. **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.6.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.6.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.6.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital social mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

11.6.6.1. Para fins do disposto no item 11.6.6, o valor do capital social mínimo exigido será calculado de forma proporcional ao valor adjudicado ao licitante, considerando-se o(s) grupo(s) em que se sagrar vencedor, e não o valor global estimado da contratação.

11.6.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.6.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional devidamente habilitado.

11.7. Qualificação Técnica

11.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o grupo pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

11.7.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento anterior de bens de natureza semelhante, não sendo exigido quantitativo mínimo, de forma a garantir a ampla competitividade do certame

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.567.897,16 (três milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos).



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Cocos-Ba, 29 de abril de 2026.

Antônio Marcos Sampaio Moura da Trindade
Secretário Municipal de Infraestrutura
Matrícula: 119246

Lucas Santos Alves
Responsável pelo Planejamento
Matrícula: 119247



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade e a adequada prestação dos serviços públicos sob responsabilidade da Administração, tendo em vista que o objeto pretendido é essencial para o pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais dos órgãos demandantes.

Verifica-se que a ausência do objeto comprometerá diretamente a execução de rotinas institucionais, podendo ocasionar prejuízos à eficiência administrativa, descontinuidade de serviços e impactos negativos ao interesse público. Trata-se, portanto, de demanda de natureza contínua e indispensável, cuja interrupção não se mostra admissível.

A necessidade foi identificada a partir do levantamento realizado pelos setores competentes, considerando o histórico de consumo, a demanda recorrente e as projeções futuras de utilização, o que evidencia a imprescindibilidade da contratação para manutenção das atividades regulares da Administração.

Além disso, destaca-se que não há, no âmbito do órgão, meios próprios suficientes para suprir a demanda apresentada, o que torna necessária a contratação de terceiros, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, conforme preconiza a legislação vigente.

Dessa forma, a contratação pretendida visa garantir condições adequadas de funcionamento dos serviços públicos, assegurar a continuidade das atividades administrativas e atender ao interesse coletivo, alinhando-se ao planejamento institucional e às diretrizes orçamentárias estabelecidas.

Os bens a serem adquiridos são caracterizados como comuns, conforme Decreto Municipal nº 108/2024 e nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, sendo amplamente disponíveis no mercado e fornecidos por diversos fornecedores. As especificações técnicas dos materiais podem ser estabelecidas de forma clara e precisa, com base em normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), permitindo a comparação objetiva entre propostas e a seleção da proposta mais vantajosa. Dessa forma, não se trata de objeto que demande solução técnica especializada ou inovação, enquadrando-se, portanto, como bens comuns.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade identificada, a contratação de fornecimento de materiais de construção deverá observar requisitos mínimos de natureza técnica, operacional, legal e de sustentabilidade, conforme descrito a seguir:

a) Requisitos técnicos dos materiais:

Os materiais a serem fornecidos deverão apresentar qualidade compatível com sua finalidade, sendo novos, de primeiro uso e sem qualquer tipo de defeito. Deverão atender rigorosamente às



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

especificações técnicas definidas pela Administração, bem como às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis a cada item, garantindo desempenho, segurança e durabilidade adequados às obras e serviços públicos.

b) Padronização e conformidade:

Os produtos deverão possuir padronização mínima, evitando variações que comprometam a execução dos serviços. Quando aplicável, deverão apresentar certificações de qualidade, selos de conformidade e/ou comprovação de atendimento às normas técnicas vigentes.

c) Requisitos de fornecimento e logística:

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Administração, mediante requisição formal. A contratada deverá assegurar a entrega dos materiais em local previamente indicado, dentro dos prazos estabelecidos, responsabilizando-se pelo transporte, carga, descarga e integridade dos produtos até o recebimento definitivo.

d) Prazo de entrega:

Os materiais deverão ser entregues em prazo compatível com a urgência e necessidade da Administração, a ser definido no Termo de Referência, de modo a não comprometer o andamento das obras e serviços de manutenção.

e) Requisitos de armazenamento e validade:

Quando aplicável, os materiais deverão respeitar prazos de validade e condições adequadas de armazenamento e transporte, garantindo sua plena utilização. Produtos deteriorados, vencidos ou em desacordo com as especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional.

f) Requisitos de qualificação da contratada:

A empresa deverá comprovar capacidade para fornecimento de materiais de construção, mediante apresentação de documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e, quando necessário, qualificação técnica compatível com o objeto.

g) Sustentabilidade:

Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como menor impacto ambiental, procedência regular dos insumos, eficiência no uso de recursos naturais e conformidade com normas ambientais vigentes.

h) Garantia e substituição:

Os materiais fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, comprometendo-se a contratada a realizar a substituição imediata daqueles que apresentarem inconformidades, sem custos adicionais para a Administração.

i) Fiscalização e controle:



MUNICÍPIO DE COCOS

A execução do fornecimento estará sujeita ao acompanhamento e fiscalização por parte da Administração, que poderá recusar materiais em desacordo com as especificações, aplicando as sanções cabíveis conforme a Lei nº 14.133/2021.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

No levantamento de mercado realizado, foram identificadas as seguintes soluções possíveis para atender à necessidade de fornecimento de materiais de construção:

Soluções identificadas

a) Solução 01 – Adesão a atas de registro de preços de outros entes públicos:

a.1. Possibilita o aproveitamento de licitações já realizadas por outros órgãos, com preços previamente registrados. Embora proporcione maior celeridade na contratação, pode não contemplar integralmente as especificações técnicas e os quantitativos demandados pelo Município, especialmente considerando a diversidade de materiais de construção e suas variações, além de restringir a competitividade entre fornecedores locais e regionais.

b) Solução 02 – Aquisição por dispensa de licitação, nos limites legais:

b.1. Admissível apenas para contratações de pequeno valor ou em situações excepcionais, conforme previsto no art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Todavia, essa alternativa não se mostra adequada para atender à demanda contínua e abrangente de materiais de construção destinados à manutenção e execução de obras públicas, sob pena de caracterização de fracionamento indevido da despesa.

c) Solução 03 – Procedimento licitatório próprio para registro de preços:

c.1. Permite ao Município realizar ampla pesquisa de mercado, assegurar a competitividade entre fornecedores e registrar preços para fornecimento parcelado ao longo do período contratual. Essa solução possibilita o atendimento contínuo das demandas de manutenção predial, obras e serviços de engenharia, garantindo padronização dos materiais, controle de custos e maior eficiência na gestão dos insumos utilizados pela Administração.

d) Solução 04 – Procedimento licitatório para contratação por fornecimento integral (sem registro de preços):

d.1. Consiste na aquisição de quantitativo previamente definido em contrato único. Apesar de possibilitar previsibilidade orçamentária, mostra-se pouco flexível diante da natureza variável da demanda por materiais de construção, podendo gerar excesso de estoque ou desabastecimento.

e) Solução 05 – Execução direta pela Administração (aquisição isolada por demanda interna):

e.1. Envolve a realização de aquisições pontuais conforme necessidade imediata de cada secretaria. Essa alternativa apresenta baixa eficiência administrativa, dificuldade de padronização, perda de ganho de escala e maior risco de sobrepreço.

f) Solução 06 – Contratação integrada com fornecimento vinculado a contratos de



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

obra/engenharia:

f.1. Consiste na inclusão dos materiais diretamente nos contratos de execução de obras. Embora adequada para obras específicas, não atende às demandas contínuas de manutenção predial e pequenos serviços, além de reduzir o controle individualizado dos insumos.

g) Solução 07 – Centralização de compras via consórcio público:

g.1. Possibilita ganho de escala e redução de preços por meio de compras compartilhadas. Entretanto, pode apresentar limitações quanto à autonomia do Município, prazos e adequação às especificidades locais.

Análise comparativa e escolha da solução

Após análise das alternativas, verifica-se que a **Solução 03 – Procedimento licitatório próprio para registro de preços** permanece como a mais vantajosa para o Município de Cocos–BA, uma vez que:

- Assegura maior economicidade por meio da ampla competitividade;
- Garante padronização e qualidade dos materiais;
- Permite fornecimento parcelado conforme demanda real;
- Evita formação de estoques excessivos ou insuficientes;
- Afasta o risco de fracionamento indevido da despesa;
- Proporciona maior controle e planejamento administrativo;
- Garante continuidade dos serviços de manutenção e obras;
- Oferece maior flexibilidade na gestão contratual.

Conclusão

Dessa forma, a contratação por meio de procedimento licitatório próprio para registro de preços mostra-se a alternativa tecnicamente mais adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura, atendendo plenamente às necessidades da Administração Pública Municipal.

Portanto, a contratação por meio de licitação com registro de preços mostra-se a alternativa tecnicamente mais adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA

Responsável: ROSILENE NEVES DOS SANTOS MOURA

Departamento: DEPARTAMENTO DE COMPRAS



Relatório de Cotação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Pesquisa realizada entre 24/03/2026 10:51:43 e 24/04/2026 09:33:57

Relatório gerado no dia 24/04/2026 10:48:47 (IP: 128.201.39.128)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Mediana dos preços obtidos - Preço calculado com base na mediana de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Sendo a mediana o elemento central dos itens, caso número de elementos seja ímpar, ou a média dos dois elementos centrais caso número de elementos seja par.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
LOTE 1: GRUPO 01 (6 itens)					Valor Lote: R\$ 1.112.169,00	
1) Areia natural lavada, de origem quartzosa, com granulometria fina (módulo de finura entre 1,2 e 2,2), isenta de impurezas orgânicas, materiais pulverulentos, argila e sais, adequada para preparo de argamassas e concretos não estruturais.	4	1.800 UND	R\$ 188,80 (un)	-	R\$ 188,80	R\$ 339.840,00
2) Bloco cerâmico de vedação, com 12 furos, dimensões aproximadas de 14 x 19 x 24 cm (largura x altura x comprimento), fabricado em argila, com furos uniformemente distribuídos, destinado à execução de alvenaria de vedação, devendo atender aos requisitos	4	13.300 UND	R\$ 2,89 (un)	-	R\$ 2,89	R\$ 38.437,00
3) Bloco cerâmico de vedação, com 8 furos, dimensões nominais aproximadas de 9 x 19 x 19 cm (largura x altura x comprimento), fabricado em argila, destinado à execução de alvenaria de vedação, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 15270	3	49.900 UND	R\$ 1,70 (un)	-	R\$ 1,70	R\$ 84.830,00
4) Tijolo cerâmico maciço, fabricado em argila, dimensões nominais mínimas de 5 x 10 x 20 cm (largura x altura x comprimento), acabamento rústico, destinado à execução de alvenaria,	4	3.500 UND	R\$ 2,34 (un)	-	R\$ 2,34	R\$ 8.190,00

A pesquisa completa segue anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida, consistente na realização de procedimento licitatório próprio para registro de preços, com fornecimento parcelado de materiais de construção, mostra-se a mais adequada para atendimento da necessidade da Administração, conforme demonstrado no levantamento de mercado realizado.

A adoção do Sistema de Registro de Preços permite maior flexibilidade na gestão da contratação, possibilitando a aquisição dos materiais conforme a demanda efetiva das secretarias municipais, especialmente considerando a natureza variável e imprevisível das necessidades relacionadas à manutenção predial, pequenas reformas e execução de serviços de engenharia.

Sob o aspecto técnico, a solução assegura a padronização dos materiais de construção, garantindo que os produtos atendam às especificações exigidas e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o que contribui para a qualidade, segurança e durabilidade das intervenções realizadas pela



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Administração.

Do ponto de vista econômico, a realização de procedimento licitatório próprio amplia a competitividade entre fornecedores, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos, em conformidade com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o fornecimento parcelado evita a formação de estoques excessivos, reduz perdas por deterioração de materiais e otimiza a utilização dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que minimiza o risco de desabastecimento, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

A solução também se mostra mais eficiente sob o aspecto da gestão contratual, uma vez que permite melhor controle do consumo, rastreabilidade das aquisições e adequação às disponibilidades orçamentárias ao longo da vigência da ata de registro de preços.

Por fim, a alternativa adotada afasta práticas inadequadas, como o fracionamento indevido da despesa e o uso recorrente de contratações diretas fora das hipóteses legais, conferindo maior segurança jurídica ao processo e alinhamento às boas práticas de planejamento das contratações públicas.

Dessa forma, conclui-se que a solução escolhida atende de forma plena aos requisitos técnicos, operacionais, econômicos e legais, sendo a mais adequada para garantir a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados pelo Município.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades de materiais de construção a serem contratadas foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, unidade responsável pela execução dos serviços de manutenção predial, pequenas reformas e obras de engenharia no âmbito da Administração Pública Municipal.

Ressalta-se que, embora os materiais atendam às demandas de diversas secretarias, a centralização das solicitações na Secretaria de Infraestrutura decorre da natureza dos serviços, uma vez que compete a este órgão o planejamento, a execução e o acompanhamento das intervenções físicas nos prédios públicos e demais estruturas municipais.

Para a definição dos quantitativos, foram considerados o histórico de consumo de exercícios anteriores, as demandas recorrentes de manutenção corretiva e preventiva, bem como as necessidades previstas de intervenções futuras, incluindo serviços contínuos e eventuais. Também foram levadas em conta as particularidades operacionais das unidades administrativas atendidas, cujas demandas são consolidadas pela Secretaria de Infraestrutura.

Destaca-se que, em razão da natureza dos materiais de construção, o consumo apresenta variações ao longo do tempo, especialmente em função de situações emergenciais e necessidades imprevistas, o que justifica a adoção de estimativas baseadas em médias históricas e margens de segurança, de modo a evitar tanto o desabastecimento quanto a formação de estoques excessivos.

A memória de cálculo detalhada, contendo os critérios utilizados, as premissas adotadas e a consolidação dos quantitativos estimados por item, encontra-se formalizada em relatório específico,



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

que integra o presente Estudo Técnico Preliminar como documento complementar, assegurando transparência, rastreabilidade e fundamentação técnica às quantidades previstas.

Ressalta-se, ainda, que os quantitativos estimados não configuram obrigação de contratação integral por parte da Administração, tratando-se de mera expectativa de consumo, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, as quantidades estimadas mostram-se compatíveis com a necessidade administrativa identificada, estando devidamente justificadas com base em critérios técnicos, históricos e operacionais.

Diante do exposto, as quantidades a serem adquiridas encontram-se descritas na tabela abaixo, tendo sido definidas com base em levantamento técnico consolidado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir das demandas institucionais das diversas secretarias, no âmbito das atividades de manutenção predial, reformas e execução de serviços de engenharia.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL
1	Areia natural lavada, de origem quartzosa, com granulometria fina (módulo de finura entre 1,2 e 2,2), isenta de impurezas orgânicas, materiais pulverulentos, argila e sais, adequada para preparo de argamassas e concretos não estruturais, atendendo às especificações da ABNT NBR 7211 – Agregados para concreto	M3	1.800	R\$ 188,80	R\$ 339.840,00
2	Bloco cerâmico de vedação, com 12 furos, dimensões aproximadas de 14 x 19 x 24 cm (largura x altura x comprimento), fabricado em argila, com furos uniformemente distribuídos, destinado à execução de alvenaria de vedação, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 15270 (Blocos cerâmicos para alvenaria)	UND	13.300	R\$ 2,89	R\$ 38.437,00
3	Bloco cerâmico de vedação, com 8 furos, dimensões nominais aproximadas de 9 x 19 x 19 cm (largura x altura x comprimento), fabricado em argila, destinado à execução de alvenaria de vedação, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 15270 (Blocos cerâmicos para alvenaria)	UND	49.900	R\$ 1,70	R\$ 84.830,00
4	Tijolo cerâmico maciço, fabricado em argila, dimensões nominais mínimas de 5 x 10 x 20 cm (largura x altura x comprimento), acabamento rústico, destinado à execução de alvenaria, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 15270 (Blocos cerâmicos para alvenaria)	UND	3.500	R\$ 2,34	R\$ 8.190,00
5	Brita nº 0 (pedra britada), com granulometria nominal entre aproximadamente 4,8 mm e 9,5 mm, isenta de materiais pulverulentos, argila e impurezas orgânicas, adequada para uso em concretos, argamassas e regularizações, devendo atender aos	M3	1.500	R\$ 237,50	R\$ 356.250,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

	requisitos da ABNT NBR 7211 – Agregados para concreto				
6	Brita nº 1 (pedra britada), com granulometria nominal entre aproximadamente 9,5 mm e 19 mm, isenta de materiais pulverulentos, argila e impurezas orgânicas, adequada para uso em concretos e demais aplicações na construção civil, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7211 – Agregados para concreto	M3	1.300	R\$ 218,94	R\$ 284.622,00
7	Telha ondulada de fibrocimento, dimensões nominais aproximadas de 2,44 m de comprimento x 0,50 m de largura, espessura mínima de 4 mm, destinada à cobertura, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7581	UND	93	R\$ 37,99	R\$ 3.533,07
8	Telha ondulada de fibrocimento, dimensões nominais aproximadas de 2,44 m de comprimento x 1,10 m de largura, espessura mínima de 5 mm, destinada à cobertura, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7581	UND	1.710	R\$ 97,00	R\$ 165.870,00
9	Telha ondulada de fibrocimento, dimensões nominais aproximadas de 3,66 m de comprimento x 1,10 m de largura, espessura mínima de 6 mm, destinada à cobertura, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7581	UND	2.000	R\$ 142,50	R\$ 285.000,00
10	Telha cerâmica plana, dimensões nominais aproximadas de 44 cm de comprimento x 15 cm de largura, destinada à cobertura, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 15310	UND	30.000	R\$ 2,60	R\$ 78.000,00
11	Arame galvanizado, bitola BWG 12 (diâmetro nominal aproximado de 2,76 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações e usos gerais na construção civil	KG	99	R\$ 29,39	R\$ 2.909,61
12	Arame galvanizado, bitola BWG 14 (diâmetro nominal aproximado de 2,10 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações e usos gerais na construção civil	KG	99	R\$ 30,25	R\$ 2.994,75
13	Arame galvanizado, bitola BWG 16 (diâmetro nominal aproximado de 1,65 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações e usos gerais na construção civil	KG	99	R\$ 33,07	R\$ 3.273,93



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

14	Arame galvanizado, bitola BWG 18 (diâmetro nominal aproximado de 1,24 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações e usos gerais na construção civil	KG	127	R\$ 34,97	R\$ 4.441,19
15	Arame galvanizado, bitola BWG 20 (diâmetro nominal aproximado de 0,89 mm), com revestimento de zinco para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com peso líquido de 1 kg, destinado a amarrações leves e usos gerais na construção civil	KG	99	R\$ 38,85	R\$ 3.846,15
16	Arame recozido torcido, fabricado em aço de baixo teor de carbono, submetido a processo de recozimento para maior maleabilidade, fornecido em rolo, destinado a amarrações em armaduras de concreto e usos gerais na construção civil	KG	170	R\$ 24,86	R\$ 4.226,20
17	Arame ovalado liso para cerca, fabricado em aço de alto teor de carbono, com revestimento galvanizado para proteção contra corrosão, fornecido em rolo com comprimento nominal de 1.000 metros, destinado à construção de cercas, devendo apresentar resistência mecânica compatível com a aplicação	UND	114	R\$ 1.055,74	R\$ 120.354,36
18	Arame farpado para cerca, fabricado em aço de alto teor de carbono, com revestimento galvanizado para proteção contra corrosão, com diâmetro nominal do fio de 1,60 mm, resistência mínima à tração de 350 kgf, fornecido em rolo com comprimento nominal de 500 metros	UND	306	R\$ 530,38	R\$ 162.296,28
19	Treliça metálica eletrossoldada para laje (tipo TR), com altura nominal de 8 cm, composta por banzo superior em aço com diâmetro de 6,0 mm, banzo inferior em aço com diâmetro de 4,2 mm e diagonais em aço com diâmetro de 4,2 mm, destinada à execução de lajes treliçadas, devendo atender às normas técnicas aplicáveis	Metros	2.033	R\$ 74,90	R\$ 152.271,70
20	Malha de aço eletrossoldada tipo POP, com espaçamento de 15 x 15 cm entre fios, confeccionada com fios de aço CA-60, diâmetro nominal de 4,2 mm (malha média), fornecida em painéis de 2,00 m x 3,00 m, destinada à armadura de lajes, pisos e concretos, conforme ABNT NBR 7481 – unidade: painel (2,00 m x 3,00 m)	UND	150	R\$ 94,91	R\$ 14.236,50
21	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 4,2 mm, tipo CA-60, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada a armaduras de concreto, devendo atender à ABNT NBR 7480	Barras	250	R\$ 19,37	R\$ 4.842,50



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

22	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 5,0 mm, tipo CA-60, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	200	R\$	31,19	R\$	6.238,00
23	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 1/4" (aproximadamente 6,3 mm), tipo CA-50, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	250	R\$	25,63	R\$	6.407,50
24	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 5/16" (aproximadamente 8,0 mm), tipo CA-50, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	220	R\$	51,90	R\$	11.418,00
25	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 3/8" (aproximadamente 10,0 mm), tipo CA-50, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	250	R\$	69,00	R\$	17.250,00
25	Barra de aço para armadura de concreto (vergalhão), diâmetro nominal de 1/2" (aproximadamente 12,5 mm), tipo CA-50, fornecida em barras retas com comprimento de 12,00 m, destinada à execução de armaduras de concreto, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 7480	Barras	250	R\$	105,90	R\$	26.475,00
27	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 40 cm, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e acabamentos, devendo possuir revestimento zincado para proteção contra corrosão	Metros	248	R\$	39,13	R\$	9.704,24
28	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 50 cm, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e acabamentos, com revestimento zincado para proteção contra corrosão	Metros	248	R\$	36,77	R\$	9.118,96
29	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 60 cm, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e	Metros	292	R\$	40,59	R\$	11.852,28



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

	acabamentos, com revestimento zincado para proteção contra corrosão				
30	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 80 cm, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e acabamentos, com revestimento zincado para proteção contra corrosão	Metros	292	R\$ 53,84	R\$ 15.721,28
31	Chapa galvanizada (zinco) para cobertura e arremates, com largura nominal de 1,00 m, fornecida em metro linear, espessura mínima de 0,43 mm (ou equivalente padrão de mercado), destinada à execução de rufos, calhas e acabamentos, com revestimento zincado para proteção contra corrosão	Metros	299	R\$ 64,21	R\$ 19.198,79
32	Tubo metálico quadrado (metalon) galvanizado, seção 20 mm x 20 mm, espessura mínima de parede de 0,90 mm (chapa 20), fornecido em barras com comprimento de 6,00 m, destinado a estruturas metálicas leves, devendo possuir revestimento galvanizado para proteção contra corrosão	UND	311	R\$ 67,75	R\$ 21.070,25
33	Cimento Portland composto CP II-Z-32, com resistência característica mínima de 32 MPa, acondicionado em saco de 50 kg, destinado ao preparo de argamassas e concretos, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 16697 – Cimento Portland	UND	3.720	R\$ 56,85	R\$ 211.482,00
34	Argamassa colante industrializada tipo AC-I, acondicionada em embalagem de 20 kg, indicada para assentamento de revestimentos cerâmicos em áreas internas, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14081 – Argamassa colante industrializada para assentamento de placas cerâmicas	Pacotes	339	R\$ 25,20	R\$ 8.542,80
35	Argamassa colante industrializada tipo AC-II, acondicionada em embalagem de 20 kg, indicada para assentamento de revestimentos cerâmicos em áreas internas e externas, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14081 – Argamassa colante industrializada para assentamento de placas cerâmicas	Pacotes	192	R\$ 44,00	R\$ 8.448,00
36	Argamassa colante industrializada tipo AC-III, acondicionada em embalagem de 20 kg, indicada para assentamento de revestimentos cerâmicos e porcelanatos em áreas internas e externas, inclusive fachadas, piscinas e locais sujeitos a alta umidade e variações térmicas, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14081	Pacotes	400	R\$ 62,92	R\$ 25.168,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

37	Rejunte cimentício para revestimentos cerâmicos, indicado para preenchimento de juntas em pisos e paredes, uso interno e externo, com boa trabalhabilidade e resistência mecânica, adequado para juntas de espessura média (aproximadamente 2 a 10 mm), acondicionado em embalagem de 1 kg, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14992	UND	500	R\$ 10,98	R\$ 5.490,00
38	Rejunte cimentício modificado com polímeros (ou rejunte resinado), indicado para assentamento de revestimentos do tipo porcelanato em pisos e paredes, uso interno e externo, com alta flexibilidade, baixa absorção de água e acabamento fino, adequado para juntas estreitas (aproximadamente 1 a 3 mm), acondicionado em embalagem de 1 kg, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 14992	UND	500	R\$ 17,00	R\$ 8.500,00
39	Placa cerâmica para revestimento de piso, dimensões nominais de 56 cm x 56 cm, classe A, índice de resistência à abrasão PEI 4, acabamento retificado, disponível em cores variadas, indicada para ambientes internos de médio a alto tráfego, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 13818	M²	500	R\$ 44,00	R\$ 22.000,00
40	Placa cerâmica para revestimento de piso, dimensões nominais de 57 cm x 57 cm, acabamento esmaltado, superfície lisa, índice de resistência à abrasão PEI 4, indicada para ambientes internos com alto tráfego de pessoas, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 13818	M²	900	R\$ 51,89	R\$ 46.701,00
41	Placa de porcelanato para revestimento de piso e parede, dimensões nominais de 60 cm x 60 cm, acabamento polido, baixa absorção de água ($\leq 0,5\%$), indicada para ambientes internos, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 13818	M²	500	R\$ 124,31	R\$ 62.155,00
42	Placa cerâmica para revestimento de piso ou parede, dimensões nominais de 32 cm x 57 cm, acabamento esmaltado, disponível em cores variadas, indicada para ambientes internos, devendo atender aos requisitos da ABNT NBR 13818	M²	300	R\$ 52,50	R\$ 15.750,00
43	Caibro de madeira serrada, dimensões nominais de 6 cm x 4 cm (seção transversal), destinado à execução de estruturas de cobertura, como apoio de telhados, devendo estar seco, isento de rachaduras, empenamentos ou ataques de pragas	Metros	1.459	R\$ 14,75	R\$ 21.520,25



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

44	Chapa de madeira compensada tipo madeirite, em pinus, dimensões nominais de 2,20 m x 1,10 m, espessura de 9 mm, destinada a formas para concreto e usos gerais na construção civil, devendo apresentar superfície uniforme, sem delaminações ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	962	R\$ 76,00	R\$ 73.112,00
45	Chapa de madeira compensada tipo madeirite plastificado, em pinus, dimensões nominais de 2,20 m x 1,10 m, espessura de 12 mm, com revestimento fenólico (filme plastificado) em ambas as faces, indicada para formas de concreto com múltiplas reutilizações, devendo apresentar superfície lisa, resistente à umidade, sem delaminações ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	248	R\$ 160,00	R\$ 39.680,00
46	Ripa de madeira serrada, dimensões nominais de 1,5 cm x 6 cm (espessura x largura), destinada à execução de estruturas de cobertura, como suporte para telhas, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou ataques de pragas	Metros	2.266	R\$ 9,30	R\$ 21.073,80
47	Tábua de madeira serrada em pinus, dimensões nominais de 2,5 cm x 20 cm (espessura x largura) e comprimento de 3,00 m, destinada a usos gerais na construção civil, como formas, escoramentos e estruturas provisórias, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	497	R\$ 38,40	R\$ 19.084,80
48	Tábua de madeira serrada em pinus, dimensões nominais de 2,5 cm x 25 cm (espessura x largura) e comprimento de 3,00 m, destinada a usos gerais na construção civil, como formas, escoramentos e estruturas provisórias, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	746	R\$ 48,31	R\$ 36.039,26
49	Tábua de madeira serrada em pinus, dimensões nominais de 2,5 cm x 30 cm (espessura x largura) e comprimento de 3,00 m, destinada a usos gerais na construção civil, como formas, escoramentos e estruturas provisórias, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	UND	746	R\$ 53,16	R\$ 39.657,36
50	Vigota de madeira serrada, dimensões nominais de 6 cm x 12 cm (seção transversal), destinada à execução de estruturas de cobertura e apoio estrutural leve, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	Metros	796	R\$ 33,10	R\$ 26.347,60



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

51	Vigota de madeira serrada, dimensões nominais de 7 cm x 14 cm (seção transversal), destinada à execução de estruturas de cobertura e elementos estruturais de maior porte, devendo estar seca, isenta de empenamentos, rachaduras ou defeitos que comprometam sua resistência	Metros	896	R\$ 34,63	R\$ 31.028,48
52	Poste de eucalipto tratado em autoclave, seção 8 x 8 cm, comprimento 2,20 m, com retenção de preservativo adequada para uso externo, destinado a cercamentos, devendo estar isento de defeitos que comprometam sua resistência	UND	166	R\$ 34,44	R\$ 5.717,04
53	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 10 cm x 12 cm, comprimento de 2,20 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a cercamentos e estruturas de médio porte, devendo apresentar boa resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	264	R\$ 40,90	R\$ 10.797,60
54	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 12 cm x 14 cm, comprimento de 2,50 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a cercamentos e estruturas de maior porte, devendo apresentar elevada resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	172	R\$ 65,00	R\$ 11.180,00
55	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 12 cm x 14 cm, comprimento de 5,00 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a cercamentos, estruturas rurais e apoio estrutural de maior porte, devendo apresentar elevada resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	200	R\$ 172,25	R\$ 34.450,00
56	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 12 cm x 14 cm, comprimento de 8,00 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a cercamentos, estruturas rurais e elementos estruturais de maior porte, devendo apresentar elevada resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	300	R\$ 277,50	R\$ 83.250,00
57	Poste de madeira de eucalipto tratado, seção nominal de 16 cm x 18 cm, comprimento de 3,00 m, submetido a tratamento preservativo em autoclave, destinado a estruturas e cercamentos de grande porte, devendo apresentar elevada resistência mecânica, estar isento de rachaduras excessivas, empenamentos ou ataques de pragas	UND	219	R\$ 238,50	R\$ 52.231,50



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

58	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 400 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	45	R\$ 182,08	R\$ 8.193,60
59	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 600 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	29	R\$ 302,68	R\$ 8.777,72
60	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 800 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	35	R\$ 420,06	R\$ 14.702,10
61	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 1000 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	200	R\$ 516,14	R\$ 103.228,00
62	Tubo de concreto simples ou armado (manilha), diâmetro nominal de 1200 mm, para redes de drenagem pluvial ou esgotamento sanitário, com encaixe tipo ponta e bolsa, devendo atender às normas técnicas vigentes	UND	321	R\$ 545,00	R\$ 174.945,00
63	Peça de concreto para pavimentação intertravada, dimensões 10 x 20 x 8 cm, com resistência característica à compressão mínima de 35 MPa, conforme ABNT NBR 9781, indicada para pavimentação de vias e áreas de tráfego leve a moderado	UND	2.559	R\$ 4,44	R\$ 11.361,96
64	Peça de concreto para pavimentação intertravada, dimensões 10 x 20 x 10 cm, com resistência característica à compressão mínima de 35 MPa, conforme ABNT NBR 9781, indicada para pavimentação de vias com tráfego pesado	UND	1.171	R\$ 4,50	R\$ 5.269,50
65	Bloco de concreto para alvenaria, dimensões nominais de 09 cm x 19 cm x 39 cm (espessura x altura x comprimento), destinado à execução de alvenaria de vedação, devendo apresentar resistência à compressão compatível com sua aplicação, acabamento regular, faces planas e arestas íntegras, conforme normas técnicas aplicáveis	UND	2.434	R\$ 5,50	R\$ 13.387,00
66	Bloco de concreto para alvenaria de vedação, com fundo, dimensões 9 x 19 x 39 cm, com resistência à compressão mínima conforme ABNT NBR 6136, indicado para alvenarias aparentes ou locais que exijam melhor acabamento	UND	4.375	R\$ 6,43	R\$ 28.131,25

**MUNICÍPIO DE COCOS**

67	Bloco de concreto tipo canaleta (bloco U), dimensões nominais de 14 cm x 19 cm x 39 cm (espessura x altura x comprimento), destinado à execução de vergas, contravergas, cintas de amarração e elementos estruturais em alvenaria, permitindo a passagem de armaduras e posterior preenchimento com concreto, devendo apresentar resistência à compressão compatível com sua aplicação, geometria uniforme e atender às normas técnicas aplicáveis	UND	1.100	R\$	5,25	R\$	5.775,00
TOTAL							R\$ 3.567.897,16

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Estimativa preliminar de valor: R\$ 3.567.897,16 (três milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos).

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando os itens previstos na planilha de materiais de construção que compõe o presente processo, verifica-se que o objeto é formado por um conjunto amplo e diversificado de insumos, com distintas características técnicas, aplicações e finalidades, utilizados nas atividades de manutenção predial, reformas e execução de serviços de engenharia no âmbito da Administração Municipal.

Observa-se que a contratação do objeto de forma global, em lote único, poderia restringir a competitividade do certame, uma vez que nem todos os fornecedores do mercado possuem capacidade para fornecer a totalidade dos itens previstos, especialmente diante da diversidade de materiais contemplados.

Por outro lado, a contratação de forma totalmente individualizada, item a item, poderia comprometer a economicidade e a eficiência administrativa, em razão da perda de ganhos de escala, aumento de custos operacionais e maior complexidade na gestão e fiscalização contratual.

Diante desse cenário, verifica-se que o parcelamento da contratação mostra-se a alternativa mais adequada, permitindo a divisão do objeto em grupos compostos por itens afins, conforme sua natureza, aplicação ou forma de utilização, conforme estruturado na planilha.

Tal forma de organização possibilita ampliar a competitividade, viabilizando a participação de fornecedores especializados ou com atuação em segmentos específicos, ao mesmo tempo em que preserva ganhos de escala dentro de cada grupo, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

Além disso, o agrupamento por itens afins favorece a padronização dos materiais, melhora a eficiência logística de fornecimento e facilita a gestão e fiscalização contratual, especialmente no contexto das atividades executadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto, com divisão em grupos de materiais afins, mostra-se tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e alinhado aos princípios da eficiência, competitividade e economicidade, conforme diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.



8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui relação direta com as atividades de manutenção predial, reformas e execução de serviços de engenharia realizadas pela Administração Municipal, sendo os materiais de construção insumos essenciais para a execução dessas atividades.

Nesse contexto, verifica-se a existência de contratações correlatas, especialmente aquelas destinadas à prestação de serviços de engenharia, manutenção de prédios públicos, pequenos reparos e execução de obras, as quais demandam o uso contínuo dos materiais a serem adquiridos. Tais contratações, embora distintas, possuem complementaridade funcional, uma vez que a execução dos serviços depende diretamente da disponibilidade dos insumos.

Por outro lado, não se identificam contratações interdependentes no sentido de que a formalização da presente contratação não está condicionada à celebração prévia de outros contratos específicos, podendo ser realizada de forma autônoma, sem prejuízo à sua execução.

Destaca-se que a ausência de contratação dos materiais de construção poderá impactar negativamente a execução dos serviços correlatos, comprometendo a continuidade das atividades de manutenção e obras públicas, o que reforça a necessidade de planejamento integrado entre as contratações.

Adicionalmente, ressalta-se que a centralização do fornecimento de materiais de construção, por meio do Sistema de Registro de Preços, contribui para a padronização dos insumos utilizados nos diversos contratos correlatos, promovendo maior eficiência, controle e racionalização dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação apresenta natureza correlata a outros contratos administrativos vigentes ou futuros relacionados à execução de serviços de engenharia, não havendo, contudo, dependência direta que impeça sua realização de forma independente, estando em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

9. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA)

9.1. Embora esta contratação ainda não esteja contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), ela está alinhada com os instrumentos de planejamento vigentes, notadamente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A demanda atende às diretrizes estratégicas e orçamentárias da instituição, sendo compatível com as metas e ações previstas no planejamento governamental. Assim, mesmo não formalizada no PCA, a contratação é legítima, necessária e está em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo assegurar o fornecimento contínuo e eficiente de materiais de construção, de forma a garantir a adequada execução das atividades de manutenção predial, reformas e serviços de engenharia realizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Como resultados pretendidos, busca-se:



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- Garantir a continuidade dos serviços públicos, evitando interrupções nas atividades de manutenção e obras em razão da falta de insumos;
- Assegurar a disponibilidade de materiais de construção em quantidade e qualidade adequadas às demandas da Administração;
- Promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio da aquisição planejada e do fornecimento parcelado conforme a necessidade real;
- Obter economicidade na contratação, mediante a ampliação da competitividade e a obtenção de preços mais vantajosos;
- Padronizar os materiais utilizados nas intervenções realizadas, contribuindo para a qualidade, durabilidade e segurança das obras e serviços executados;
- Otimizar a logística de fornecimento e o controle de estoque, reduzindo perdas, desperdícios e aquisições emergenciais;
- Fortalecer o planejamento das contratações públicas, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021;
- Proporcionar maior controle e transparência na execução contratual, facilitando a fiscalização e o acompanhamento por parte da Administração.

Espera-se, ainda, que a contratação contribua para o aumento da eficiência operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura, permitindo maior agilidade na execução das demandas institucionais e melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, os resultados pretendidos estão diretamente relacionados à melhoria da gestão pública, à otimização dos recursos disponíveis e à garantia da continuidade e qualidade dos serviços públicos essenciais.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a adequada execução da futura contratação, faz-se necessária a adoção de providências administrativas prévias, com o objetivo de assegurar que a Administração esteja devidamente estruturada para o recebimento, controle e utilização dos materiais de construção.

Inicialmente, deverá ser formalizada a designação de servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes, competindo-lhes acompanhar o fornecimento, verificar a conformidade dos materiais entregues e atestar o recebimento.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura, enquanto unidade responsável pela execução das atividades de manutenção e obras, juntamente com o Departamento de Compras, deverá manter organização interna adequada para o controle das requisições de materiais, de modo a garantir que



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

as demandas das diversas secretarias sejam devidamente consolidadas, planejadas e atendidas de forma eficiente.

Deverão ser definidos os procedimentos internos para solicitação, autorização, recebimento e controle dos materiais, incluindo a padronização de fluxos administrativos, com vistas a assegurar rastreabilidade, transparência e adequada prestação de contas.

Além disso, a Administração deverá verificar a disponibilidade de espaço físico apropriado para armazenamento dos materiais, quando necessário, observando condições que preservem sua integridade e evitem perdas ou deterioração.

Também será necessário assegurar que os setores envolvidos estejam cientes das especificações dos materiais a serem adquiridos, bem como das condições estabelecidas no Termo de Referência e na futura ata de registro de preços, de modo a garantir o correto recebimento e utilização dos insumos.

Por fim, deverá ser promovido o alinhamento entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e as demais unidades administrativas quanto ao fluxo de atendimento das demandas, evitando solicitações descoordenadas e assegurando maior eficiência na gestão do fornecimento.

Dessa forma, as providências prévias visam garantir que a contratação seja executada de forma eficiente, organizada e em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A contratação de fornecimento de materiais de construção, embora essencial para a execução das atividades de manutenção predial, reformas e serviços de engenharia, pode gerar impactos ambientais relacionados à produção, transporte, armazenamento e utilização dos insumos.

Dentre os principais impactos potenciais, destacam-se: o consumo de recursos naturais na fabricação dos materiais; a geração de resíduos sólidos oriundos de embalagens e sobras de obra; a emissão de poluentes decorrentes do transporte; e o risco de descarte inadequado de materiais, especialmente aqueles que possam causar danos ao meio ambiente.

Considerando esses aspectos, deverão ser adotadas medidas de mitigação e boas práticas ambientais, visando reduzir ou eliminar os impactos negativos decorrentes da contratação, tais como:

- Priorizar, sempre que possível, a aquisição de materiais que atendam a normas técnicas e ambientais vigentes, assegurando qualidade, durabilidade e menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida;
- Incentivar o fornecimento de produtos com menor geração de resíduos e embalagens reduzidas ou recicláveis;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- Exigir que a contratada realize o transporte dos materiais em condições adequadas, evitando desperdícios e danos aos produtos;
- Promover o uso racional dos materiais nas atividades de manutenção e obras, evitando desperdícios e retrabalho;
- Estabelecer procedimentos para a correta destinação dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental aplicável;
- Orientar os servidores e equipes envolvidas quanto às boas práticas ambientais na utilização e armazenamento dos materiais.

Ressalta-se que a adoção dessas medidas contribui para a redução dos impactos ambientais associados à contratação, além de promover maior eficiência no uso dos recursos públicos e alinhamento às diretrizes de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que, embora existam impactos ambientais associados ao objeto, estes podem ser adequadamente tratados e mitigados mediante a adoção de práticas sustentáveis e controle adequado durante a execução contratual.

14. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação pretendida mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e jurídico, além de adequada às necessidades da Administração Pública Municipal.

Do ponto de vista técnico, a solução escolhida — consistente na realização de procedimento licitatório com registro de preços para fornecimento parcelado de materiais de construção — apresenta-se compatível com a natureza do objeto, permitindo o atendimento das demandas de manutenção predial, reformas e serviços de engenharia de forma contínua e eficiente.

Sob o aspecto operacional, a contratação é plenamente exequível, considerando que a Secretaria Municipal de Infraestrutura dispõe de estrutura administrativa e capacidade técnica para gerenciar, fiscalizar e executar as atividades relacionadas ao uso dos materiais, atuando como unidade centralizadora das demandas das demais secretarias.

No que se refere à razoabilidade, a estimativa das quantidades foi fundamentada em memória de cálculo baseada no histórico de consumo e nas projeções de necessidade futura, demonstrando compatibilidade entre a demanda identificada e a solução proposta, sem indícios de superdimensionamento ou subdimensionamento do objeto.

Quanto à viabilidade econômica, a realização de procedimento licitatório próprio assegura a ampla competitividade entre fornecedores, contribuindo para a obtenção de preços mais vantajosos e para a adequada aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade e



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

eficiência.

Adicionalmente, verifica-se a viabilidade jurídica da contratação, uma vez que o processo encontra-se estruturado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os requisitos de planejamento, motivação e definição da solução mais adequada ao interesse público.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável e razoável, estando devidamente justificada e apta a prosseguir para as etapas subsequentes do processo de contratação, com vistas à garantia da continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados à população.

15. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

5.1. A presente contratação não é sigilosa.

16. RESPONSÁVEL(EIS) PELA ELABORAÇÃO

Cocos-BA, 27 de abril de 2026.

Antônio Marcos Sampaio Moura da Trindade
Secretário Municipal de Infraestrutura
Matrícula: 119246

Lucas Santos Alves
Responsável pelo Planejamento
Matrícula: 119247



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

RELAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE COCOS-BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 1 - COLÉGIO M. WALDEMAR LOPES BANDEIRA
- 2 - ESCOLA M. SEBASTIÃO AUGUSTO DE AZEVEDO
- 3 - ESCOLA M. JOANA ANGELICA
- 4 - COLEGIO RUI BARBOSA
- 5 - CRECHE M. CASINHA FELIZ
- 6 - COLEGIO M. RAIMUNDA DUTRA
- 7 - COLEGIO M. PROF. DJANIRA ALVES GONÇALVES
- 8 - ESCOLA M. LEALDINO TEODORO DOA SANTOS
- 9 - CENTRO EDUCACIONAL DO RIACHO DO MEIO
- 10 - MANOEL MESSIAS RODRIGUES
- 11 - CENTRO EDUCACIONAL DA AGUA DO CARMO
- 12 - CENTRO EDUCACIONAL DURVAL ROCHA
- 13 - ESCOLA M. GERMINIO ALVES
- 14 - ESCOLA M. DURVAL BEZERRA
- 15 - ESCOLA M. ANA FRANCISCA DO BOMFIM
- 16 - ESCOLA M. JOSINO BRITO DE OLIVEIRA
- 17 - ESCOLA M. AGDO DE SOUZA
- 18 - ESCOLA M. DEODORO DA FONSECA
- 19 - ESCOLA M. VENCESLAU BRAS
- 20 - ESCOLA M. BRANCA DE NEVE
- 21 - ESCOLA M. CAIÇARINHA
- 22 - ESCOLA M. NOSSA SENHORA APARECIDA
- 23 - ESCOLA M. SÃO DOMINGOS
- 24 - ESCOLA M. JOÃO PAULO II
- 25 - ESCOLA M. VANEIDE RAMOS TRANCOSO
- 26 - ESCOLA M. CATULE DO GALHO
- 27 - ESCOLA M. CATULE DA PRAIA
- 28 - ESCOLA M. ULISSES GUIMARAES
- 29 - SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- 30 - ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 1 - CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL
- 2 - CENTRO DE SAÚDE
- 3 - HOSPITAL MUNICIPAL SAO SEBASTIAO
- 4 - POLICLINICA MUNICIPAL
- 5 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE COCOS
- 6 - SERVICO DE ATENDIMENTO MOVEI DE URGENCIA DE COCOS
- 7 - UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA ARNULFO LACERDA DE MOURA
- 8 - UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DE SAO JOAO DO PORTO ALEGRE
- 9 - UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DONA LIO
- 10 - UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA FELICIANA SOUZA DOS REIS
- 11 - UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA JUAREZ NUNES DE OLIVEIRA
- 12 - UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA LUIS CARDOSO BOMFIM
- 13 - UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MANOEL MESSIAS
- 14 - UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA MARIO SOUZA BARROS
- 15 - USF SATÉLITE CARLOTA NUNES DE OLIVEIRA (Cajueiro)
- 16 - USF SATÉLITE RIACHO DO MEIO
- 17 - USF SATÉLITE NOVACI
- 18 - USF SATÉLITE SANTA ROSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 1 - SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 2 - CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 3 - EXTENÇÃO DO CRAS (UMBUZEIRO)
- 4 - CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 7 - ABRIGO DOS IDOSOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

- 1 - GINÁSIO DE ESPORTES
- 2 - ESTÁDIO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 1 - SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL
- 2 - RODOVIÁRIA MUNICIPAL
- 3 - PONTO CIDADÃO
- 4 - POSTO DE ATENDIMENTO DO DETRAN
- 5 - POSTO DA GUARDA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

- 1 - SETOR DE TRIBUTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

- 1 - SEDE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
- 2 - PRAÇAS DO MUNICÍPIO.
- 3 – PRAÇA DO POVOADO CAJUEIRO
- 4 - PRAÇA DO POVOADO ÁGUA DO CARMO
- 5 - QUADRA POLIESPORTIVA DO POVOADO SANTA ROSA
- 6 - QUADRA POLIESPORTIVA DO POVOADO SÃO JOÃO DO PORTO ALEGRE
- 7 - PRAÇA E QUADRA DO NOVACI
- 8 - QUADRA POLIESPORTIVA DO POVOADO SANTO ANTÔNIO
- 9 - PRAÇA DO BALNEÁRIO ITAGUARI
- 10 - PRAÇA DO JARDIM DAS FLORES
- 11 - PRAÇA VIRGILIO BANDEIRA
- 12 - PRAÇA DA JUVENTUDE
- 13 - PRAÇA DA MATRIZ
- 14 - PRAÇA DA CULTURA
- 15 - PRAÇA DO CRISTO
- 16 – PRAÇA DONA ANGELINA
- 17 – PRAÇA DA RODOVIÁRIA
- 18 - PRAÇA CASTRO ALVES
- 19 - MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA SEDE E POVOADOS
- 20 - MANUTENÇÃO DE PONTES DA ZONA RURAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

- 1 – SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- 1 – PARQUE DE EXPOSIÇÕES (Parque de vaquejada, Centro de Convenções, Tatersal, Currais e Pavilhão para exposição animais.)
- 2 - BANCO DE ALIMENTOS.
- 3 - MERCADO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- 1 – SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



MUNICÍPIO DE COCOS

RELATÓRIO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

Aquisição de Materiais de Construção – Município de Cocos–BA

1. OBJETO

Memória de cálculo destinada a demonstrar a formação dos quantitativos estimados para aquisição de materiais de construção, considerando a demanda operacional decorrente da manutenção, conservação, recuperação e execução de pequenas obras nos prédios públicos e logradouros do Município de Cocos–BA.

2. UNIVERSO DE ATENDIMENTO

Foram considerados:

- **86 unidades públicas**, distribuídas entre:
 - Educação (30 unidades)
 - Saúde (18 unidades)
 - Assistência Social (5 unidades)
 - Administração (5 unidades)
 - Infraestrutura (praças, vias, quadras, pontes)
 - Agricultura, Transporte e demais setores

Além disso:

- Manutenção contínua de:
 - pavimentação urbana e rural
 - drenagem pluvial
 - equipamentos públicos

3. METODOLOGIA

A estimativa considerou:

3.1. Frequência média anual

- 180 intervenções/ano

3.2. Distribuição média por unidade

- Educação: maior consumo ($\approx 40\%$)
- Infraestrutura: maior volume ($\approx 30\%$)
- Demais secretarias: consumo complementar ($\approx 30\%$)

4. MEMÓRIA DE CÁLCULO POR GRUPO COM DISTRIBUIÇÃO OPERACIONAL



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

4.1. AGREGADOS (Itens 1, 5, 6)

Quantitativos:

- Areia: **1.800 m³**
- Brita 0: **1.500 m³**
- Brita 1: **1.300 m³**

Distribuição:

Local	Percentual	Aplicação
Escolas (30 unidades)	35%	reformas, pisos, ampliação
Saúde (18 unidades)	15%	manutenção predial
Infraestrutura (vias, praças)	40%	pavimentação e drenagem
Demais órgãos	10%	manutenção geral

✓ Compatível com consumo médio de 10 m³/intervenção

4.2. ALVENARIA CERÂMICA (Itens 2, 3, 4)

Quantidade total:

66.700 unidades

Distribuição:

Local	Aplicação
Escolas	salas, muros, ampliações
Saúde	divisórias e reformas
Assistência Social	adequações
Administração	reparos prediais

✓ Base: 25 m²/intervenção x 180 intervenções

4.3. COBERTURA (Itens 7 a 10)

Quantidade total:

33.803 telhas

Distribuição:

Local	Aplicação
Escolas	substituição de telhados
Quadras e ginásios	coberturas
Prédios administrativos	manutenção



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

✓ Base: $\approx 6.000 \text{ m}^2/\text{ano}$

4.4. METAIS E ESTRUTURA (Itens 11 a 32)

Itens contemplados:

- Arames
- Vergalhões
- Malhas
- Trelças
- Chapas
- Metalon

Distribuição:

Local	Aplicação
Obras escolares	lajes e estruturas
Infraestrutura	estruturas urbanas
Agricultura	cercamentos
Esportes	quadras

✓ Base: $\approx 800 \text{ m}^3$ de concreto/ano

4.5. CIMENTO E ARGAMASSAS (Itens 33 a 38)

Quantitativos:

- Cimento: **3.720 sacos**
- Argamassas e rejuntas: conforme planilha

Distribuição:

Local	Aplicação
Todas as unidades	uso universal

✓ Proporcional aos agregados

4.6. REVESTIMENTOS (Itens 39 a 42)

Quantidade:

2.200 m²

Distribuição:

Local	Aplicação
Escolas	salas e corredores
Saúde	áreas sanitárias



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Local	Aplicação
Assistência Social	unidades de atendimento

4.7. MADEIRA E FORMAS (Itens 43 a 51)

Aplicação:

Local	Uso
Obras em geral	formas e escoramento
Coberturas	estrutura

✓ Compatível com volume de concreto

4.8. CERCAMENTOS (Itens 17, 18, 52 a 57)

Aplicação:

Local	Uso
Escolas rurais	proteção
Agricultura	cercas
Equipamentos públicos	delimitação

✓ Extensão estimada: até 10 km/ano

4.9. DRENAGEM (Itens 58 a 62)

Quantidade:

630 manilhas

Distribuição:

Local	Aplicação
Vias urbanas	drenagem
Zona rural	escoamento

4.10. PAVIMENTAÇÃO (Itens 63 e 64)

Quantidade:

3.730 unidades

Aplicação:

- calçadas
- pequenas vias



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

4.11. ALVENARIA DE CONCRETO (Itens 65 a 67)

Quantidade:

7.909 unidades

Aplicação:

Local	Uso
Obras estruturais	contenções
Infraestrutura	obras públicas

5. CONSOLIDAÇÃO FINAL

Os quantitativos estimados contemplam integralmente os **67 (sessenta e sete) itens constantes na planilha**, os quais foram devidamente agrupados por natureza técnica e vinculados às respectivas aplicações no âmbito da Administração Pública Municipal.

A distribuição dos materiais foi realizada considerando o universo de **86 unidades públicas e logradouros municipais**, incluindo estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, equipamentos administrativos, áreas de infraestrutura urbana e rural, além de espaços públicos de uso coletivo, conforme relação apresentada neste processo.

Os quantitativos apurados:

- decorrem da **frequência estimada de intervenções ao longo do exercício (≈ 180 intervenções/ano)**;
- estão diretamente relacionados à **execução direta de obras pelo Município**, com destaque para as demandas da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Infraestrutura;
- foram dimensionados com base em **parâmetros médios de consumo por tipo de serviço (alvenaria, concretagem, cobertura, drenagem e pavimentação)**;
- apresentam **proporcionalidade em relação ao porte do Município e à quantidade de unidades sob sua responsabilidade**.

Dessa forma, resta evidenciado que os quantitativos não foram definidos de forma arbitrária, mas sim fundamentados em critérios técnicos e operacionais compatíveis com a realidade administrativa local.

6. CONCLUSÃO



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

A presente memória de cálculo demonstra, de forma fundamentada, a coerência entre os quantitativos estimados e as necessidades operacionais do Município de Cocos—BA.

Verifica-se que:

- os materiais previstos possuem **correspondência direta com os serviços de manutenção, conservação, recuperação e execução de pequenas obras** realizadas nos prédios públicos e logradouros municipais;
- a distribuição dos insumos reflete a **demanda efetiva das diversas Secretarias**, com concentração nas áreas de Educação e Infraestrutura, em razão do volume de unidades e da execução direta de serviços;
- os parâmetros adotados consideram **consumos médios por intervenção, tipologia das obras e histórico operacional da Administração**;
- os quantitativos finais mostram-se **compatíveis, proporcionais e suficientes** para atendimento das demandas ao longo do período de vigência da contratação.

Assim, conclui-se que a estimativa apresentada atende aos princípios da **razoabilidade, economicidade e eficiência**, estando devidamente justificada e apta a subsidiar o processo de contratação.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90011-2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142-2026
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos XX (XX) dias do mês de XXXXX de 2025, o **MUNICÍPIO DE COCOS**, Estado da Bahia, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012./0001-75, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor XXXXXXXXX XXXXXX XXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90011-2026, homologado em XX de XXXXX de 2025, Processo Administrativo nº 142-2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de XXXXXXXXXXXXXXXX, especificada(s) no(s) item(ns) 01 ao 43 do Termo de Referência, *anexo I do edital de Licitação nº 90011-2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QNT	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1						
2						
.....
VALOR GLOBAL						



MUNICÍPIO DE COCOS

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Os participantes serão apenas os seguintes órgãos:

- 3.1.1. *Secretaria Municipal de Administração;*
- 3.1.2. *Secretaria Municipal de Educação;*
- 3.1.3. *Secretaria Municipal de Saúde;*
- 3.1.4. *Secretaria Municipal de Infraestrutura;*
- 3.1.5. *Secretaria Municipal de Agricultura;*
- 3.1.6. *Secretaria Municipal de Transportes;*
- 3.1.7. *Secretaria Municipal de Assistência Social;*
- 3.1.8. *Secretaria Municipal de Estrada e Rodagem;*
- 3.1.9. *Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;*
- 3.1.10. *Secretaria Municipal de planejamento;*
- 3.1.11. *Secretaria Municipal de Finanças;*

3.2. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração;

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Município de Cocos-BA, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

5.1.1. Em caso da prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



MUNICÍPIO DE COCOS

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



MUNICÍPIO DE COCOS

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar a negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE COCOS

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, § 2º, do Decreto Municipal nº 021/2024, de 19 de março de 2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE COCOS

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 021/2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocos-BA, XX de XXXXXX de 2025.

MUNICÍPIO DE COCOS-BA
CNPJ: 14.222.012/0001-75
ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXX XX XXXXXXXX
CNPJ: 26.797.195/0001-36
DETENTORA DA ATA



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE
CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
FAZEM ENTRE O MUNICÍPIO DE
COCOS - BAHIA E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE COCOS-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, registrado no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001/75, representado neste ato pelo Senhor Clewton Domingues de Souza, legalmente investido e no exercício pleno de Prefeito, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa XXXXXX XXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 142-2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90011-2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

...					
-----	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de xxxxxxxx contados do(a), na forma do artigo XXX da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 9.1. São obrigações da contratante:
 - 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
 - 9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 9.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Cocos-BA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.9. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.
- 9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do contrato e deste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;
- 10.2. Fornecer os materiais de construção conforme as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos na Ordem de Fornecimento;
- 10.3. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos ao cumprimento do prazo de entrega, devidamente justificados;
- 10.4. Atender prontamente às determinações do fiscal ou gestor do contrato;
- 10.5. Substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, os materiais que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou desconformidade com as especificações;
- 10.6. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais nos locais indicados, garantindo sua integridade até o recebimento definitivo;
- 10.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos materiais;
- 10.8. Quando não for possível a verificação no SICAF, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos;
- 10.9. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 10.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que impacte a execução do fornecimento;
- 10.12. Observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, garantindo a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos;
- 10.13. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao transporte e manuseio dos materiais, especialmente em relação a cargas pesadas ou potencialmente perigosas;
- 10.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro;
- 10.15. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.16. Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Cocos-BA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

26.782.011.2038 – Gestão das Ações da Secretaria de Transportes

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

02.06.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

12.122.011.2037 – Gestão do Departamento de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Serv. Públicos

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

15.452.011.2042 – Gestão do Sistema de Abastecimento de Água

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

02.03.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.003.2010 – Gestão da Tesouraria

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

02.12.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

27.812.015.2020 – Manutenção e Refor. de Quadra, Praças de Esportes e Campo de Futebol



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

02.14.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

04.122.003.2007 – Gestão das Ações da Sec. Municipal de Planejamento

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

02.02.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.003.2006 – Gestão da Secretaria de Administração

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

06.181.004.2009 – Gestão da Ordem Pública

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

13.392.010.2019 – Comemoração de Festividades

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

02.17.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS

26.782.011.2036 – Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.122.006.2047 – Gestão Administrativa do FMAS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1669 – Fontes

08.122.006.2070 – Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família – IGDBF

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1660 – Fontes

08.122.006.2073 – Aprimoramento e Fortalecimento da Gestão do SUAS – IGDSUAS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1660, 1661 – Fontes

08.245.006.2235 – Bloco da Proteção Social Básica

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1660, 1661 – Fontes

08.245.006.2316 – Bloco da Proteção Social Especial

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1661 – Fontes

02.05.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.008.2027 – Gestão das Ações da Atenção Básica

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

10.301.008.2032 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

10.302.008.2075 – Gestão das Ações da Atenção Especializada – MAC/SAMU

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

10.302.008.2300 – Gestão das Ações do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

02.04.000 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.009.2016 – Gestão do FUNDEB

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1543, 1540, 1541 – Fontes

12.361.009.2017 – Gestão do Ensino Fundamental

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1502 – Fontes

12.361.009.2023 – Gestão do Ensino Fundamental – QSE

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1550 – Fonte

12.365.009.2021 – Gestão da Educação Infantil

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1550 – Fonte

12.365.009.2312 – Gestão da Educação Infantil – Fundeb

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1540, 1541, 1542 – Fontes

02.08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

20.122.014.2057 – Gestão de Mercados, Feiras e Matadouros

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1550 – Fonte

20.122.014.2058 – Gestão da Secretaria Municipal de Agricultura

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1550 – Fonte

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cocos-BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cocos-BA, xx de xxxxxxxx de 2025.

MUNICÍPIO DE COCOS-BA
CNPJ: 14.222.012/0001-75
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
CNPJ:
CONTRATADA